

A RELEVÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Maria Madalena Garcia*

Nádia Rodrigues Valente**

RESUMO

Esse artigo desenvolve a temática sobre o atendimento educacional especializado (AEE) ao que se refere à educação especial. Demonstra a mobilização da educação especial de pessoas com deficiência na esfera política, discorrendo como elas eram vistas no decorrer da história, as lutas pela aceitação das mesmas partindo da legislação para a prática, até os aspectos legais do AEE, no que diz respeito aos princípios, finalidades e organização do ambiente de recurso. Neste estudo utilizou-se referências bibliográficas sobre o assunto, utilizando como instrumento de coletas de dados uma entrevista com profissionais da área e familiares. Demonstram possibilidades e fragilidades da educação especial de pessoas com deficiência na unidade escolar, as dificuldades que surgem durante o processo desta educação especial. Entende-se que há muitas barreiras, porém quando instituições escolares desenvolvem propostas com a participação da totalidade dos seus membros a educação especial torna-se possível.

Palavras-chave: Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado; Sala de Recurso; Pessoas com Deficiência

ABSTRACT

This article develops the theme of specialized educational assistance (AEE) in relation to special education. It demonstrates the mobilization of special education for people with disabilities in the political sphere, discussing how they were seen throughout history, the struggles for their acceptance from legislation to practice, up to the legal aspects of SEA, with regard to the principles, purposes and organization of the resource environment. This study used bibliographical references on the subject, using interviews with professionals in the field and family members as a data

*Maria Madalena Garcia - Licenciada em Letras/Português/Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) - 2001; Pós-Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira - 2005 - Mestranda em Ciências da Educação pela FICS - 2018 - m.m.garcia.rbt@hotmail.com

**Nádia Rodrigues Valente - Graduada em Ciência Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) -1994; Pós-Graduada em Planejamento Educacional pela Faculdade Universo - 2001; Mestranda em Ciências da Educação pela FICS - 2018 – nadiavalentee@hotmail.com

collection tool. It shows the possibilities and weaknesses of special education for people with disabilities in schools, and the difficulties that arise during the process of special education. It is understood that there are many barriers, but when school institutions develop proposals with the participation of all their members, special education becomes possible.

Keywords: Special Education; Specialized Educational Assistance; Resource Room. People with Disabilities

RESUMEN

Este artículo desarrolla el tema de la atención educativa especializada (AEE) en relación con la educación especial. Muestra la movilización de la educación especial para personas con discapacidad en la esfera política, discutiendo cómo fueron vistas a lo largo de la historia, las luchas para su aceptación desde la legislación hasta la práctica, hasta los aspectos legales de la AEE, en lo que se refiere a los principios, objetivos y organización del entorno de recursos. Este estudio recurrió a referencias bibliográficas sobre el tema, utilizando como herramienta de recogida de datos entrevistas con profesionales del sector y familiares. Muestra las posibilidades y debilidades de la educación especial para personas con discapacidad en la unidad escolar, las dificultades que surgen durante el proceso de esta educación especial. Se entiende que existen muchas barreras, pero cuando las instituciones escolares desarrollan propuestas con la participación de todos sus miembros, la educación especial se hace posible.

Palabras clave: Educación Especializada; Atención Educativa Especializada; Aula de Recursos. Personas con Discapacidad

1 INTRODUÇÃO

Os alunos com deficiência intelectual do AEE segundo critérios do MEC recebe um apoio alternativo complementar na escola tendo como parâmetro colaborar para que a criança com DI possa superar limites intelectuais e atingir melhores níveis de abstração na sala de ensinamento regular. Sendo assim, estruturado como suporte à educação especial de acordo com contexto escolar, leva-se a investigar como o processo da educação especial ocorre neste atendimento, como é praticado e de que modo oferece condições para o desenvolvimento da criança na sala de ensino regular.

O presente estudo apresenta um aspecto de atendimento que visa atuar no desenvolvimento do aluno com deficiência, desenvolvendo suporte desses alunos na

unidade escolar em geral e na sala de aula, em particular. Os documentos oficiais disponibilizados pelo MEC demonstram o AEE como necessário e legítimo na garantia para a permanência da criança na escola regular, gerando um apoio à descontinuidade de cisão entre o ensino regular e o ensino especial. O atendimento Educacional Especializado (AEE) pode ser visto neste contexto como apoio para que o aluno com deficiência intelectual (DI) tenha condição de envolver-se na aprendizagem do ensino e como ocorre esseaprendizado?

A relevância desse estudo se dá a partir de experiências profissionais, pois se acredita nos alunos com deficiência intelectual do AEE, em suas possibilidades, em seus desenvolvimentos cognitivos e em seus desenvolvimentos como seres humanos. Quando se trabalha com crianças ou pessoas com DI no AEE, percebe-se que há a necessidade de ações de acompanhamento e atendimento especializado aos alunos matriculados.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) pode ser colocado como apoio para que a criança com DI alcance condições de envolver-se na aprendizagem desenvolvida em salas de ensino. Dessa forma, as novas informações são incorporadas e assimiladas, ocasionando uma transformação do conhecimento feita através do planejamento estratégico, metodologias específicas para alunos, atuação colaborativa do docente especialista em (AEE), dentre outros fatores.

Para a discussão acerca da relevância do Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial, foi adotado uma pesquisa bibliográfica para entender teoricamente conceitos, características e facilitar a interpretação dessa temática.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS CONCEPÇÕES

Educação Especial trata-se do atendimento de alunos com deficiências no campo da aprendizagem e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas, como exemplos as escolas para surdos, cegos ou escolas que trabalhem com pessoas que são consideradas deficientes intelectuais. Um processo que tem como objetivo promover e desenvolver as potencialidades de pessoas que portam deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que contempla os

diferentes níveis e graus do sistema de ensino.

Busca fundamentar-se em referenciais teóricos e práticos que são compatíveis com as especificidades dos alunos. Recomenda-se a integralidade do processo que flui desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob esse enfoque sistêmico, a educação especial faz parte do sistema educacional atual, tendo como objetivo a formação de cidadãos conscientes e participativos (BRASIL, MEC/SEESP,1994).

De acordo com o art. 58 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996; *“entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”*

Determinada pessoa pode ter ou sofrer de algum tipo de incapacidade intelectual ou física, sendo assim, as suas necessidades poderão não ser realizadas pelo sistema escolar tradicional. Caso isso ocorra, surge o aparato de educação especial, o próprio nome já nos diz do que se trata, enfatiza características diferenciadas de acordo com especificidades do educando que porta necessidades especiais.

O tema educação especial não é atual, pois desde os primórdios da antiguidade sempre existiu pessoas com necessidades especiais. Mudou apenas ao longo dos séculos a maneira como essas pessoas eram vistas e tratadas por pessoas tidas como “normais”. Essa designação anormal era utilizada na antiguidade, levando alguns países o extermínio das crianças que nasciam com deficiência, pois eram consideradas incapazes de conviver em sociedade.

Por alguns anos os que nasciam com deficiência recebiam tratamento diferenciado das que eram consideradas como crianças “normais”. O tratamento que recebiam dependia do período, região e cultura local. Os deficientes por muito tempo recebiam tratamento de total de desprezo, onde eram considerados inúteis, como também um estorvo. Recebiam esse tratamento da própria família, a ponto de serem afastados do convívio social e sem perspectiva de desenvolvimento. Porém em menor escala, isso acontece nos dias atuais.

Relata atitudes que as civilizações da Antiguidade tomavam quando se tratava de pessoas com deficiência, dando relevância a duas formas diferentes de lidarem com doentes, idosos ou deficientes físicos e mentais:

ou eram aceitas, toleradas e apoiadas, ou eram menosprezadas, eliminadas e destruídas (Carmo, 1991, p. 65).

Esse termo educação Especial na antiguidade praticamente não existia. Foi surgindo apenas na idade média, e aos poucos, algumas preocupações com pessoas com deficiência, porém a interação com essas pessoas iniciou de forma lenta, onde a sociedade foi se ajustando aos poucos, assim tendo a imposição de novas adequações e transformações na maneira de viver e no trabalho. Esse foi um período em que houve uma ausência completa de atendimento, onde os indivíduos com necessidades especiais eram abandonados, perseguidos e eliminados. Vale resaltar que nessa época essas ações eram vistas como corretas. Já na Idade Média, os que portavam deficiência eram exorcizados por atribuir a deficiência com a ira de Deus sobre essas pessoas.

Para Correia (1997), com a difusão da igreja cristã, a religião passou a assegurar a salvação e a felicidade para todos que tratasse seus semelhantes com amor e com bondade, ocasionando a caridade cristã. Enquanto em alguns lugares eram mortas, em outros eram consideradas “possuídas por demônios, havendo a obrigação de purificação”.

Conforme Pessoti (1984, p. 24) os desprotegidos e marginalizados eram amparados, tinham teto e alimentação, porém, ficavam isolados de qualquer convivência social, deixados em asilos ou hospícios.

As regras religiosas e morais foram passando por modificações, revolucionando as doutrinas vigentes da época sobre a mente humana e suas funções, com base na visão naturalista da atividade intelectual. Assim, fortaleceu-se a ideia de que os indivíduos com deficiências deveriam receber tratamentos diferenciados, por tanto, não sendo excluídos da sociedade.

Assim foi dado no século XVI, passos decisivos para um melhor atendimento aos que portavam deficiência. Conforme, Bueno (1993), a história da Educação Especial considera o século XVI como o período em que teve início a educação dos indivíduos com necessidades especiais. Portanto, só durante o século XIX que pessoas portadoras de deficiência começaram, gradativamente, a serem vistas como cidadãos. Porém, no início do século XX, deu-se início a alguns avanços no tratamento aos deficientes.

Após as guerras e alguns conflitos militares, muitos soldados voltaram

mutilados, havendo a inevitabilidade de tratamentos especiais. Com isso proporcionou então, maior empenho ao tratamento também das crianças com o desenvolvimento de especialidades e programas de reabilitação específicos.

Mas o início dos atendimentos aos que portavam deficiência ocorreu na Europa, expandindo-se para os Estados Unidos, Canadá e depois para outros países, incluindo o Brasil, onde os registros históricos da Educação Especializada, iniciou no século XVI, com os atendimentos a estas pessoas. Inspirados por experiências norte americanas e europeias, alguns brasileiros se organizaram e implementaram algumas ações isoladas e particulares para atender pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais.

De acordo com Smith (2008) a educação especial tem sido definida e explicada por diversas formas, que nasceram das experiências e das orientações de muitas pessoas. Sendo vista como uma listagens de passos para serviços e resultados que atendam aos alunos com deficiências. Enfim, vê-se que possui uma infinidade de nomenclaturas, os membros de um congresso que ocorreu nos Estado Unidos explicaram seu entendimento em relação à educação especial quando aprovaram uma lei *individuals with Disabilities Education Act, 1975*, que fala:

Esta a proposta deste capítulo: assegurar que todas as crianças com deficiências tenham disponíveis (...) uma educação pública adequada e gratuita que valorize a educação especial e os serviços correlatos, designadas a atender as suas necessidades únicas, assegurando assim, que os direitos das crianças com deficiência e de seus pais ou responsáveis sejam protegidos; apoiar os Estados e localidades para que ofereçam educação para crianças com deficiências, avaliem e assegurem a eficiência dos esforços para educá-las (Congresso dos Estados Unidos, 20, Seção 1400 [c])

A autora afirma que o departamento dos Estados Unidos conceitua educação especial como uma designação de instrução, sem custo para os pais, por conta das necessidades particulares de uma criança com deficiência, de maneira que inclua monitoramento em sala de aula, em casa, hospital ou outros lugares que sejam necessários. Veja que isso trás características importantes que são definidas na educação especial desse país, onde se aplica uma educação pública gratuita e adequada e ambiente menos restrito.

Onde a família não tem custo adicional com a educação dos alunos com deficiências, dispondo um modelo de currículo da educação regular e relacionamentos com os colegas de classe que se desenvolvem normal.

Tem também um programa educacional com plano de ação individual onde se determina o tipo de educação que é apropriada para alunos e onde os serviços podem ser oferecidos. Esses programas afetam o currículo e a intervenção educacional.

Smith (2008) fala que é preciso observar a grande variedade de serviços que a educação especial oferece as crianças e as famílias. Que é preciso que essa educação seja individualizada e propicie em ensino que se ajuste a cada criança com necessidades especiais. Os programas devem incluir instrução direta em sala de aula, consultoria e colaboração com o docente da educação regular, coordenação do programa, e ensino e aprendizagem que possa beneficiar os alunos. Tendo o interesse de se formar uma equipe multidisciplinar que será capaz de atender com efetividade as necessidades específica de cada aluno.

A evolução da Educação Especializada ficou marcada por muitos avanços na área da medicina a parte da compreensão das deficiências analisadas individualmente e na área pedagógica, mediante de criação de diversos métodos que foram sendo usados com o intuito de desenvolver a escolarização dos indivíduos com deficiência.

Desde segunda metade do século XX, após um movimento realizado por educadores, pais e alguns grupos de defesa dos direitos humanos, iniciou-se em nível internacional, a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien - Tailândia (1990) e a Declaração de Salamanca ocorrida no mês de junho ano 1994, que foram dois importantes acontecimentos favorecendo a Educação Especializada dessa época.

Posteriormente foi criado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sem dúvida, foi um marco na vida dos portadores de necessidades especiais. O mesmo institui direito e consolida outras prerrogativas de direitos, como também de eliminar distorções e injustiças, embora estes conceitos ainda estejam em evolução e sedimentação. Muda assim, o perfil do deficiente, fazendo-se necessário que haja a perspectiva de um novo olhar.

2.1 A RELEVÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na visão de Arnaiz (2005), a escola comum tem como compromisso difundir o saber universal, como também saber lidar com o que há de particular na construção desse conhecimento para alcançar o seu objetivo. Mas mesmo assim, terá limitações naturais para tratar com o que há de subjetivo nessa construção com alunos com deficiência, principalmente quando se refere à deficiência mental. Esse fato nos leva a necessidade de existir um espaço para esse determinado fim, que seja tanto clínico como educacional.

Para que isto aconteça, a Constituição de 1988 prevê o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, para o que antes era definido como Educação Especial e todas as suas formas de intervenção (ARNAIZ, 2005).

O principal objetivo do AEE é verificar, organizar e elaborar meios, com recursos pedagógicos e que seja acessível, e que elimine as barreiras, para uma efetiva participação dos alunos com deficiência. Atividades desenvolvidas no Atendimento educacional especializado são diferenciadas das que acontece na sala de aula comum. Como exemplos dessas atividades: o ato de desenhar, colorir é extremamente importante, incentivando o desenvolvimento de várias e essenciais capacidades, como trabalhar músculos de braços e mãos. Trabalhar com dobraduras que favorece a coordenação motora fina e o equilíbrio dos dois hemisférios do cérebro, pois para se executar as dobras do papel, devem-se usar as duas mãos com a mesma intensidade.

Utilizam-se também jogos educativos para jogos e lazer como também para estimular a memória, atenção e a socialização do indivíduo. Uso de dicionários ilustrados que dá suporte visual a aprendizado de palavras favorece a troca de experiência e socialização de ideias. Aulas com tinta guache e pinceis enfatizando a criatividade. Todas essas atividades favorecem o desenvolvimento de várias capacidades dos alunos especiais.

Pois esse atendimento educacional especializado apresenta programas de implantação de salas de recursos multifuncionais que enriquece o currículo no que se refere ao ensino de linguagem e códigos, pois disponibiliza programas que enriquece o currículo, o ensino de linguagem e sinalização, como também técnicas e tecnologias assistidas, entre outros.

A oferta do atendimento educacional especializado (AEE) objetiva o

planejamento, acompanhamento e avaliação dos recursos e estratégias pedagógicas e de acessibilidade, utilizadas no processo escolar: Espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos.

Assim o AEE é muito importante porque trabalha com alunos com deficiência respeitando o ritmo de aprendizagem e a especificidade de cada um, ampliando assim: a autonomia; aquisição de valores; conhecimentos relacionados ao desenvolvimento de vida diária; aquisição de habilidades inter e interpessoais; construa gradualmente seus conhecimentos. Portanto AEE é:

Uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros, identificar as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência, elaborar planos de atendimento, visando ao acesso e à participação no processo de escolarização em escolas comuns, atender o aluno com deficiências no turno oposto àquele em que ele frequenta a sala comum, produzir e/ou indicar materiais e recursos didáticos que garantam a acessibilidade do aluno com deficiência aos conteúdos curriculares, acompanhar o uso desses recursos em sala de aula, verificando sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a necessidade de eventuais ajustes, e orientar as famílias e professores quanto aos recursos utilizados pelo aluno (Sartoretto; 2010, p 2).

O interesse principal do AEE é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos que tragam meios acessíveis para que possa eliminar as dificuldades dos alunos, de forma a compreender as necessidades específicas deles. Por isso as aulas desenvolvidas no atendimento educacional especializado são diferenciadas das que são realizadas em sala de aula comum, entretanto, tais atividades não são substitutivas a escolarização.

O professor da sala de AEE precisa ser dinâmico e criativo para facilitar o processo de aprendizagem, desenvolvendo a especificidade de cada aluno durante todo o processo de aprendizagem. O atendimento deve estar interligado a proposta pedagógica do ensino comum, se comunicando para que possam junto criar estratégias para um maior desempenho do aluno com deficiência. Assim o trabalho do professor é propor situações para que o aluno interaja e deixe de permanecer em uma posição passiva e passe para uma postura dinâmica, podendo interagir diante da aprendizagem proposta.

O avanço com relação à educação especial das políticas públicas, se caracteriza pela continuidade da manutenção ao acesso de espaço pedagógico, no

desenvolvimento pedagógico e nas possibilidades de execução referente a formação destes alunos inseridos nas unidades escolares. Esse movimento da escola especial data de 1990, e sua política de implementação acontece de forma lenta, havendo a necessidade de avançar. O movimento de inserção para muitos, é visto apenas como quantitativos e não como processo de aprendizagem do indivíduo da educação especial.

Porém, o AEE é caracterizado como meio de uma melhor compreensão a este indivíduo, levando a complementação e suplementação deste processo como apoio pedagógico. Foi surgindo outros momentos organizados pelas políticas públicas nas escolas, criando alternativas de construção pedagógica, desenvolvendo alternativas para auxiliar o professor da sala de aula, como também o aluno.

As Políticas Públicas de Educação especial teve uma grande contribuição na oportunidade de muitos alunos frequentarem escola regular, recebendo apoio educacional, porém professores de sala regular reclamavam de não serem formados para trabalhar com esses alunos. Para solucionar essa situação foi necessário criar novas ações, e desta maneira a Resolução de 2/2008 deu oportunidade de novos elementos ao atendimento destes alunos na Educação Básica.

O objetivo da sala de recurso é flexibilizar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, e tendo como foco eliminar as barreiras durante o processo ensino aprendizagem, oferecendo assim, recursos que são fundamentais para solucionar dificuldades que venham a surgir durante o aprendizado, como também enriquecer as habilidades. Na resolução de nº 4/2008 — Art. 2º, o AEE tem a função complementar e suplementar, direcionado a formação do aluno através da disponibilização de serviços, recursos proporcionando acessibilidade e estratégias objetivando eliminar barreiras, proporcionando maior participação na sociedade e maior aprendizado.

Na resolução alguns elementos assegura o AEE, assim começa a elaborar sua importância na educação básica, com o objetivo de fortalecer e buscar o aprendizado. Para fins destas diretrizes, considera recursos de acessibilidade da educação as quais são asseguradas condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência; dar condições de estudos utilizando matérias didáticas e pedagógicas; espaços, dos mobiliários e equipamentos para trabalhar com esses alunos; dos sistemas de comunicação e informação; dos transportes e demais

serviços.

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação daqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços (Art.2º da resolução nº 4/2008).

Quanto à formação do profissional do AEE, pautada nesta resolução, os professores devem buscar especialização na área da educação especial, direcionada a considerar o público alvo da educação especial de maneira generalista. Isso objetiva incentivar os professores a buscar cursos de especialização na área da educação especial. O público alvo que tem acesso a sala de recurso multifuncional — AEE, no artigo 4º da resolução nº 4/2008, são alunos do AEE:I que tem deficiência impedindo de longo prazo de natureza física, intelectual, sensorial ou mental. AEE II

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento, que apresentam um quadro de alterações sociais, na comunidade ou estereotípias motoras, e incluindo também nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno de integrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; AEE III - Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Fazendo uma análise desses alunos público alvo, é possível apontar o nível da deficiência, para que não aconteça encaminhamentos equivocados de crianças que possuem dificuldades mais pontuais, fornecendo aos mesmos os laboratórios de aprendizagem e apoios específicos.

Porém, os alunos que possuem maiores comprometimentos não terão condições de seguir, se não houver um estímulo, onde precisarão ser orientadas pelos professores de sala de recurso, com objetivo de fortalecer a inserção.

Portanto, o atendimento educacional especializado, que consta na Lei de

Diretrizes e Bases (4024/6) e Decretos não pode ser entendido como substituição da escolarização, pois foi pensada como uma prática educacional objetivando a proporcionar qualidade desses alunos na educação básica.

Assim, a escola tem que organizar para as demandas, promovendo a educação dos alunos com necessidades especiais, garantido desde 2008 os direitos de estar na unidade escolar, recebendo atendimento educacional especializados — AEE. No Decreto nº 6.571/2008, o objetivo principal é determinar o desenvolvimento do AEE.

Vale ressaltar que nesse Decreto engloba todos os tipos de deficiência, com o objetivo de orientar o desenvolvimento de atividades pedagógicas e recursos para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais educacionais, propondo obrigatoriamente a matrícula desses alunos na rede regular de ensino, como também oferta de atendimento em turnos inversos.

O mesmo orienta a formação do professor e inclusão do AEE no projeto político Pedagógico da unidade escolar. O Decreto nº 6.571 de 2008, regulariza o apoio financeiro do FUNDEB, e o Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011, especifica no Art 1º:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

II - aprendizado ao longo de toda a vida;

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino;

VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

No Decreto nº 6.571 de 2008 considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. No que se refere ao estudante surdo e mudo e com deficiência auditiva, serão observadas no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Art. 2º para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais — Libras, Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

A CONAE/2010 dispõe: Cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular [...]”. (Brasil, 2010). Com esses elementos a proposta ganha importância no desenvolvimento de um Projeto Político Pedagógico proporcionando um maior interesse da política na escola juntamente com as demandas políticas sobre a educação especial eliminando barreiras.

Assim, verifica-se que a avaliação é fundamental no processo da escola, e deve ter um olhar diferenciado ao construir o Projeto político Pedagógico, desenvolvendo momentos específicos e separados referente a educação especial. A avaliação deve ser algo constante direcionada as ações do ensino/aprendizagem de todos os alunos que estão inseridos na unidade escolar, e para que a inserção ganhe maior espaço na escola tem que ser uma Gestão Democrática, construída no diálogo e na intervenção da família, escola e comunidade. Gestão esta, baseada na qualidade do ensino, como também na formação do profissional.

Verifica-se que a inclusão no Brasil são avanços de conceito e aceitação, com o objetivo de melhorar as condições da educação, e ainda busca um ensino de qualidade, onde a escola deve observar todas as diferenças, tendo um olhar mais atento no andar do percurso da inclusão na escola, algo que ainda esta em transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o presente artigo, pesquisando literaturas relacionadas à educação especial, verifica-se que a mesma é composta de alunos com todos os tipos de necessidades especiais, e há muitas discussões sobre conceitos e terminologia referente a esse assunto, porém parece um tanto desnecessário, visto que, poderia haver mais ações e menos discussões. Por ter exigência de leis, as escolas acabam efetivando as matrículas dos alunos que são encaminhados a mesma, mas o atendimento educacional especializado esta longe de suprir a necessidade desses alunos que são inseridos, visto que, a educação especial acontece, porém os prepara de forma lenta.

Constata-se que há ações concretas que fazem acontecer à efetivação da educação especial, seja ela em nível local ou mundial. Mas destaca-se que a inserção educacional, quando determinada pela legislação, acontece de forma lenta, por vários motivos. Uma das barreiras para uma educação especial eficaz é a falta de preparo dos professores, porém é muito recente para concretizar esse processo. Porém, há muitas pessoas envolvidas para desenvolver formas de avançar, assim conclui que mesmo com o que já esta sendo feito, ainda tem muito para se fazer, pois o problema de aprendizagem são muitos, variados e complexos.

Quando se refere ao atendimento educacional especializado, que seria o ideal, esta apenas no início nas instituições de ensino em geral, assim espera que essa pesquisa sirva para divulgar e incentivar a grande importância dessa prática. Autores foram citando sobre a importância da experiência de salas com multimeios, sobre diferentes recursos, atendimento especializados as diferentes necessidade para alunos especiais, indo além do atendimento especializado apenas social.

A pesquisa demonstrou que o trabalho de atendimento educacional especializado desenvolvido pelos profissionais da APAE organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas complementando a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. De acordo com os estudo os alunos com deficiência intelectual são estimulados ao desenvolvimento cognitivo, sensoriais, físicos, proporcionando aos mesmos autonomia, interação e qualidade de vida.

Portanto, pode-se dizer que o AEE é visto como estímulo, apoio aos alunos com deficiências intelectuais, pois desenvolve o aprendizado de ensino, utilizando estratégias específicas para esses alunos da educação especial para que possam participar ativamente do ensino. Pode-se afirmar que disponibiliza o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, adequa e produz materiais didáticos e pedagógicos de acordo com as especificidades do aluno e é realizado através de profissionais com especialidade em educação especial.

Acredita-se que com esse trabalho é possível de alguma maneira, contribuir para a efetivação da educação especial, pois possibilita a construção de conceitos de forma mais consistente, possibilitando a cada um levar a resultados mais precisos. Profissionais que são comprometidos precisam superar seus medos, confiar no seu trabalho e procurar desenvolver uma prática pedagógica que possibilite um desempenho significativo desses alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS

ARNAIZ, Sánchez, Pilar. **A Educação Inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Inclusão: Revista da Educação Especial*. Brasília, v.1, n.1, pp. 7-18, out. 2005.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Ministério da Educação, 1996. BRASIL. Decreto nº 6571. Brasília, 2008.

CARMO, A.A. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, "recupera" e discrimina. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 1991.

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto: Porto Editora, 1997.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. V. 6. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.

SMITH, D. **Introdução a Educação Especial**: ensinar em tempos de inclusão. Porto Alre: Artmed, 2008.